



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 35/2021

Período: 25/09/2021 - 01/10/2021

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Jornais repercutem entrevista de Bolsonaro à *Revista Veja*
- 2- Desconfiança da população em relação às Forças Armadas atinge maior taxa da série histórica
- 3- Veto a artigo da nova Lei de Segurança Nacional foi motivado por riscos aos militares
- 4- Aberto processo de Auditoria sobre acúmulo de remunerações em estatais presididas por integrantes das Forças Armadas
- 5- Antropólogo afirmou que geração de militares no governo é símbolo de afastamento em relação à sociedade
- 6 - Juízes militares visam assentos no Conselho Nacional de Justiça
- 7- Desembargadora suspendeu a obrigatoriedade de comprovante de vacinação para o acesso ao Clube Militar e Clube Naval
- 8- Jornal discutiu a pobreza de indígenas na região Norte que dependem de ajuda vinda das Forças Armadas
- 9- Lei antiterrorismo será denunciada na Organização das Nações Unidas
- 10- Em comemoração aos 1000 dias de governo, presidente Jair Bolsonaro afirma a independência das Forças Armadas
- 11- Livro retrata perseguição sofrida por LGBTQIA+ durante a ditadura militar
- 12- Procurador-geral da República afere ameaça de general às eleições de 2022
- 13- Unicamp revogou título de *doutor honoris causa* de Jarbas Passarinho

1- Jornais repercutem entrevista de Bolsonaro à *Revista Veja*

De acordo com os jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou em entrevista concedida à *Revista Veja* que não há possibilidade de golpe em 2022. A afirmação coincidiu com a queda na popularidade de seu governo. Na ocasião, Bolsonaro elogiou a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso de incluir as Forças Armadas no processo de segurança do sufrágio eletrônico, o que, para o mandatário, tornará o processo eleitoral mais indubitável. Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, de acordo com o Datafolha, 50% dos brasileiros acreditam que Bolsonaro pode tentar um golpe, enquanto que 70% acreditam que a democracia é o melhor sistema para o país, ao passo que o temor do retorno da ditadura é o maior desde 2014. (*Correio Braziliense* - Política - 25/09/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 25/09/21)

2- Desconfiança da população em relação às Forças Armadas atinge maior taxa da série histórica

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, segundo Datafolha, as Forças Armadas estão em primeiro no ranking de confiança popular, com 76%. No entanto, a taxa de desconfiança é de 22%, o mais alto desde o início da série histórica. O periódico destacou também que as Forças Armadas estiveram no centro das controvérsias políticas do presidente da República, Jair Bolsonaro. Foram citados como exemplos a troca de comandantes das Forças, a retórica golpista do presidente, a adesão de militares na campanha eleitoral e o desfile de blindados realizado no mesmo dia da votação da proposta Emenda Constitucional do voto impresso. Em coluna ao *Correio Braziliense*, o general de divisão do Exército brasileiro Otávio Santana do Rêgo Barros, retomou a pesquisa produzida pelo Datafolha, afirmando que a confiança da população brasileira nas suas Forças Armadas é “atribuída ao trabalho incansável de conquistar, por ações, o coração e a razão do povo brasileiro”, e que, “por anos representamos valores caros ao povo que se transformam em saldo positivo para momentos de desgaste de imagem”. O general, ainda, afirmou que as Forças não assumirão o papel de “guarda pretoriana”: “não se avassala um Exército profissional”, comentou Barros, conforme publicado pelo periódico. (*Correio Braziliense* - Opinião - 29/09/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 25/09/21)

3- Veto a artigos da nova Lei de Segurança Nacional foi motivado por riscos aos militares

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República Jair Bolsonaro vetou, no começo do mês, artigos de uma lei aprovada pelo Congresso para revogar a Lei de Segurança Nacional a pedido do Comando do Exército e do Ministério da Defesa. Segundo o periódico, pelo menos dois pontos foram vetados a pedido dos militares. O primeiro se referia ao “atentado ao direito de manifestação”, que previa até quatro anos de prisão para aquele que usar violência ou grave ameaça para impedir manifestações, acarretando aumento da pena se a repressão resultar em lesão corporal grave ou a morte. A justificativa para a retirada desse artigo foi a de que ela poderia limitar a ação das Forças Armadas em ações de Garantia da Lei e Ordem. O segundo trecho vetado, aumentava em 50% o tempo de prisão e perda de posto ou patente por crimes contra o Estado de Direito, caso perpetrado por militares. De acordo com a Presidência, esse artigo tornaria desproporcional a punição aos militares quando comparado a outros servidores públicos. (*O Estado de S. Paulo* - Política - 25/09/21)

4- Aberto processo de Auditoria sobre acúmulo de remunerações em estatais presididas por integrantes das Forças Armadas

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, no dia 26/09/21, estatais vinculadas ao Ministério da Defesa e ligadas ao Exército e à Marinha “ficaram fora de pente-fino” realizado pela Controladoria-Geral da União (CGU), que fiscalizou prejuízos milionários aos cofres públicos. De acordo com o jornal, a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel) e a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa (Amazul) presididas, respectivamente, pelo general da reserva do Exército, Aderico Visconte Pardi, e pelo vice-almirante da reserva da Marinha, Antônio Carlos

Guerreiro, não passaram por auditoria da CGU, órgão central de controle interno do governo. Em nota, a Controladoria-Geral da União comunicou que legislações de 2000 e 2001 impedem sua atuação na estrutura do Ministério da Defesa, ficando a cargo da Secretaria de Controle Interno e de outros órgãos de controle do próprio Ministério o papel de realizar auditorias para supervisionar gastos. No entanto, as estatais não fiscalizadas e presididas por militares revelaram um cenário de acúmulo de remunerações nas Forças Armadas que garantem ao general Pardi e ao vice-almirante Guerreiro rendimentos superiores a R\$ 40 mil brutos por mês, valores que se encontram acima do teto salarial previsto. Em análise da CGU, os pagamentos acumulados em estatais, sobretudo de militares da reserva que ocupam posições no governo, geram um prejuízo de R\$ 8,8 milhões para os cofres públicos anualmente. No entanto, conforme reportagem da *Folha* no dia 29/09/21, a CGU abriu processo de auditoria para investigar os pagamentos em estatais presididas por militares que ultrapassam o teto do funcionalismo, sem responder, porém, perguntas relacionadas ao momento em que o processo foi aberto, os motivos de sua abertura e nem quando será sua conclusão. Apesar do processo estar aberto, informou o periódico, a análise não abarcará estatais que tenham vínculos com o Ministério da Defesa, “mesmo com acúmulos de ganhos por parte dos presidentes dessas empresas”. Segundo apuração da *Folha*, a maior remuneração dessas estatais presididas por integrantes das Forças Armadas, corresponde ao salário do presidente da Petrobrás, o general do Exército Joaquim Silva e Luna: “A remuneração do Exército — R\$ 32,2 mil brutos — e os ganhos fixos e variáveis da estatal somam R\$ 260 mil”. (Folha de S. Paulo - Mercado - 26/09/21; Folha de S. Paulo - Mercado - 29/09/21)

5- Antropólogo afirmou que geração de militares no governo é símbolo de afastamento em relação à sociedade

Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, o antropólogo e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Celso Castro, afirmou que a geração de militares que ocupam cargos no governo é marcada por um isolamento que a distancia do “mundo civil”. Segundo Castro, a formação desses militares contribuiu para a criação de uma “separação” entre o Exército e a sociedade: por ser ensinada que os civis seriam “individualistas, menos honestos [e] menos patriotas”, parcela considerável da instituição se vê como a verdadeira “elite moral do país”. Além da educação, o desprestígio social que a profissão militar sofreu desde o fim da ditadura militar também acentuou o afastamento mútuo com a sociedade. O antropólogo também avaliou a aproximação da cúpula militar com o presidente da República Jair Bolsonaro: para Castro, essa se deveu não somente aos desdobramentos da Operação Lava Jato – que reforçaram a visão de um mundo civil “menos honesto” do que o mundo militar –, mas também à defesa do governo Bolsonaro de “pautas caras à corporação, como salários melhores”. Já em relação ao maior envolvimento de militares na política desde o início da Nova República, Celso Castro reiterou que existem riscos advindos do exercício do poder político que podem tanto afetar o – já abalado – prestígio da profissão quanto criar mais “incompreensões” sobre o complexo fenômeno da participação militar na política, sobretudo por conta do insulamento da instituição. (Folha de S. Paulo - Poder - 26/09/21)

6 - Juizes militares visam assentos no Conselho Nacional de Justiça

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, membros da Justiça Militar estão se articulando para viabilizar assentos no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a classe. Tal objetivo seria assegurado através de um Projeto de Emenda à Constituição (PEC) que possibilitaria a entrada de magistrados militares no órgão. De acordo com uma declaração do juiz federal da Justiça Militar, Fernando Pessôa de Silveira Mello, feita no Primeiro Seminário sobre Direito e Justiça Militar no Brasil - evento coordenado pelo CNJ - na semana do dia 25/09/21, acredita-se que até outubro o apoio necessário para a apresentação da PEC ao Congresso Nacional será agremiado. De acordo com Mello, esse acolhimento de magistrados da Justiça Militar iria “adicionar à qualidade” garantindo “uma representação plural de conhecimento das especificidades e características da justiça Militar” no CNJ. A PEC planejada reservará dois assentos para Justiça Militar, sendo um destinado a ministros do Superior Tribunal Militar (STM) e o outro para juizes de carreira em um sistema de rodízio entre a magistratura militar estadual e federal. O CNJ é um colegiado de figuras do Poder Judiciário responsável por ditar as diretrizes deste mesmo poder, contando hoje com 15 conselheiros ao todo que incluem representantes do Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ministérios Públicos estaduais, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Congresso Nacional, diversos Tribunais Regionais Federais e outras autoridades do Judiciário, sociedade e Estado brasileiros. Dos conselheiros que atualmente compõem o CNJ, segundo Mello, cinco já declararam apoio à mudança, algo que o juiz vê como “uma janela ímpar de oportunidade que a Justiça Militar tem em mãos” e, assim, a PEC será apresentada ao Congresso Nacional com apoio do CNJ. (*O Estado de S. Paulo* - Política - 25/09/21)

7- Desembargadora suspendeu a obrigatoriedade de comprovante de vacinação para o acesso ao Clube Militar e Clube Naval

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a desembargadora Elisabete Filizzola Assunção do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro suspendeu no dia 23/09/21 a obrigatoriedade de apresentação de certificados de vacinação contra a covid-19 para frequentar o Clube Militar e o Clube Naval, ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Filizzola, não há “nítida correlação” entre a disseminação do vírus e o “passaporte da vacina” - isto é, o certificado -, já que à medida que impõe a necessidade de apresentação “guarda muito mais relação com a ideia de coação da população a se vacinar do que com a contenção do contágio”. Para ela, a vacinação não é garantia de diminuição do contágio do vírus, visto que pessoas vacinadas já relataram ter contraído a covid-19. Nisso, o *Estado* ressaltou que, na contramão do dito pela juíza, estudos indicam que imunizantes como Pfizer e Astrazeneca podem diminuir a transmissão viral. Além disso, Filizzola também ressaltou que as “cautelas sanitárias” deveriam ser mantidas tanto para vacinados quanto para não vacinados enquanto nos Clubes. A decisão da magistrada vem de um recurso impetrado pelos Clubes contra a decisão de 1º grau que havia negado a solicitação de suspensão da apresentação do “passaporte” para o acesso aos seus estabelecimentos. (*O Estado de S. Paulo* - Política - 25/09/21)

8- Jornal discutiu a pobreza de indígenas na região Norte que dependem de ajuda vinda das Forças Armadas

Em uma reportagem publicada pelo *Correio Braziliense*, foi-se discutido a pobreza de mulheres indígenas habitantes da região Norte do Brasil. O texto iniciou dizendo que jornalistas do periódico, a convite do Ministério da Defesa, viajaram para regiões que contam com o apoio de bases militares no atendimento de necessidades básicas para a população local. Tal ação ocorre desde 1985, recebendo ajuda das Forças Armadas através do programa Calha Norte. Atualmente, segundo o governo, 442 municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - totalizando pouco mais de 15 milhões de pessoas - são beneficiadas por recursos que ultrapassam R\$ 1 bilhão. Nisso, a reportagem ressaltou que a despeito de todo esse auxílio - o qual reconhecem como necessário "para a sobrevivência dos povos indígenas" -, várias comunidades ainda passam necessidade. Um exemplo dado pelo *Correio* foi o de Erica Maria de Lima Rodrigues, agricultora indígena da etnia Tariana de 27 anos que vive na região de São Gabriel da Cachoeira no estado do Amazonas. Rodrigues diz que "a gente passa muita necessidade aqui", ressaltando a falta de profissionais da saúde que "às vezes nem vêm", deixando os indígenas locais apenas com "os nossos benzedores e apoio do Exército" no manejo de problemas relacionados à saúde pública. (*Correio Braziliense* - Brasil - 27/09/21)

9- Lei antiterrorismo será denunciada na Organização das Nações Unidas

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, diversas entidades de direitos humanos pretendem denunciar em conjunto a nova Lei Antiterrorismo à Alta Comissária para Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Verónica Michelle Bachelet Jeria. A denúncia questionará a celeridade do processo de aprovação da legislação que amplia a definição de terrorismo no Brasil e os poderes do Executivo no seu combate. Segundo as organizações Conectas Direitos Humanos, Artigo 19, Terra de Direitos e Rede Justiça Criminal, caso aprovada, a nova lei criará "um sistema paralelo de vigilância e repressão comandado pelo presidente da República", assim, podendo provocar riscos à privacidade da população e opositores do governo. A proposta, apresentada pelo deputado federal Victor Hugo de Araújo Almeida, apoiador do presidente da República Jair Bolsonaro, já foi aprovada em comissão especial e está pronta para ser votada em plenário. Por fim, a *Folha* também resalta que Bachelet já chegou, no dia 13/09/21, a criticar a proposta durante uma sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. (*Folha de S. Paulo* - Cotidiano - 27/09/21)

10- Em comemoração aos 1000 dias de governo, presidente Jair Bolsonaro recua em discurso afirmando independência de Forças Armadas

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, em discurso no evento de comemoração de 1000 dias de governo, o presidente da República Jair Bolsonaro, afirmou que as Forças Armadas não cumpriram nenhuma "ordem absurda" vindo dele. O presidente ainda justificou a massiva presença de militares em seu governo pelo fato de se basear em seu "círculo de amizade", assim como em outros governos que basearam a estrutura ministerial de seus mandatos na mesma premissa. Bolsonaro, que a pouco tempo foi acusado de tentar fazer uso político das Forças Armadas, chamando muitas

vezes de “meu Exército” e realizando um desfile de blindados no mesmo dia em que a Câmara dos Deputados rejeitava a adoção do voto impresso, ainda pediu respeito a Instituição. Durante a celebração de 1000 dias, o presidente pretende promover 27 eventos, em cada estado brasileiro e no Distrito Federal, há a preocupação de que os eventos se configurem como campanha eleitoral antecipada, e a Subchefia de Assuntos Jurídicos (SAJ) da Presidência, publicou parecer afirmando que é preciso “observar a prudência e cautela” nos eventos. (Folha de S. Paulo – Poder – 28/09/21; O Estado de S. Paulo – Política – 28/09/21)

11- Livro retrata perseguição sofrida por LGBTQIA+ durante a ditadura militar

Ao periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista, escritor e roteirista Chico Felitti analisou o livro “Contra a Moral e Os Bons Costumes” do professor de direito Renan Quinalha, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). O livro de mais de 400 páginas investigou uma série de perseguições sofridas por LGBTQIA+ durante a ditadura militar (1964-1985), inclusive de homofobia na esquerda, e se baseia na tese de doutorado do professor, cortando e acrescentando trechos, em decorrência da mudança do cenário político e social do país, já que a tese foi escrita em 2017 e a publicação em 2021, e os direitos humanos tem sofrido retrocessos nos últimos anos. A publicação ainda aborda a estrutura de opressão contra a comunidade no período, e as articulações de defesa desenvolvidas visando a própria proteção e sobrevivência. De acordo com Felitti, o objetivo de Quinalha foi mostrar que mesmo que a legislação brasileira não possua leis que criminalize diretamente as homossexualidades, houveram outras que respaldaram a perseguição desses corpos, institucionalizando a prática, como a lei da violação da “moral e aos bons costumes”. Segundo o autor “sem sombra de dúvidas, a ditadura deixou um terreno fértil para que práticas de abusos e violências contra LGBT seguissem sendo cometidas até hoje por agentes públicos”. (Folha de S. Paulo – Ilustrada – 28/09/21)

12- Procurador-geral da República afere ameaças de general às eleições de 2022

Conforme o periódico *Correio Braziliense*, o procurador-geral da República (PGR), Augusto Aras, abriu uma apuração preliminar para investigar “possível infração político-administrativa” cometida pelo ministro da Defesa, Walter Braga Netto. Em 08/07/21, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, recebeu uma suposta mensagem do general Braga Netto, por intermédio de um influente interlocutor político, o ex-ministro da Casa Civil pediu para informar que não haveria eleições em 2022 sem o voto impresso. A Proposta de Emenda à Constituição que propunha o voto impresso em eleições foi indeferida pelo Congresso Nacional no mês passado. No dia 27/09/21, a decisão de Aras foi comunicada ao ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator de quatro ações contra Braga Netto. O chefe do Ministério Público Federal solicitou que os demais pedidos de investigação sejam arquivados, visto que já há procedimento aberto na Procuradoria-Geral sobre o caso. Membros do Supremo Tribunal interpretaram a iniciativa de Aras como uma estratégia para retirar o caso das mãos da Corte. Aliado do presidente da República Jair

Bolsonaro, o PGR tem usado desse expediente em ocorrências que envolvam aliados do governo. O vice-procurador-geral, Humberto Jacques de Medeiros, e a subprocuradora Lindôra Araújo são os responsáveis pelo caso. Braga Netto não se pronunciou sobre a investigação, no entanto, defendeu a discussão do voto impresso como legítima. Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a determinação de Aras é um desdobramento dos pedidos de parlamentares para investigar Braga Netto, após o jornal *O Estado de S. Paulo* ter informado sobre o fato citado acima. Essa categoria de investigação não possui o mesmo status de um inquérito criminal aberto, posto que não faz referência a nenhum crime cometido. O procurador-geral da República abriu uma apuração preliminar, tendo sido instaurada no dia 26/07/21 a partir de uma “notícia de fato” que tramita em caráter confidencial na Procuradoria-Geral da República. Braga Netto, na época da reportagem, classificou-a como desinformação, no entanto, defendeu a discussão acerca do voto impresso como legítima. (Correio Braziliense - Política - 30/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 30/09/21; O Estado de S. Paulo - Poder - 30/09/21)

13- Unicamp revogou título de *doutor honoris causa* de Jarbas Passarinho

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 28/09/21, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) revogou o título de *doutor honoris causa* atribuído ao ex-ministro do regime militar (1964-1985) Jarbas Passarinho. O principal argumento foi a indicação da Comissão da Verdade para que sejam suprimidas todas as homenagens a defensores da ditadura, de acordo com a universidade. A decisão se sucedeu porque o político foi um dos proponentes do Ato Institucional nº5, em 1968, durante do regime militar no Brasil. A Unicamp é a segunda universidade pública do Brasil a derrogar o título de *doutor honoris causa* concedido ao ex-ministro da Educação, Jarbas Passarinho. Em abril deste ano, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) tomou a mesma iniciativa. Passarinho nasceu em Xapuri, no Acre, foi aceito na Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e mais tarde, na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro. Participou de conspirações militares desde 1950, e contribuiu para o êxito do golpe militar de 1964. Logo após o golpe foi nomeado governador do Pará, cargo que desempenhou até janeiro de 1966. Em 1966, foi eleito senador do Pará. Foi apoiador da candidatura presidencial indireta do general Artur da Costa e Silva, que o designou para o cargo de ministro do Trabalho e Previdência Social logo que tomou posse, em março de 1967. O nome de Jarbas Passarinho chegou a ser cogitado para a sucessão indireta do presidente da República João Figueiredo. Apesar de ser um dos militares acusados de violação aos direitos humanos, alegava que a tortura não era uma política do Estado e sim uma “deformação profissional”. (Folha de S. Paulo - Poder - 30/10/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão

online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira

Laura Meneghim Donadelli (bolsista CAPES- doutorado)

Equipe redação UNESP/Franca

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Juliana Haniu

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Maria Júlia Barbosa Sena Nunes Scandiuzzi

Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos (bolsista PIBEX)

Débora Cruz Silva

Giovani Nunes de Aguiar

Giovanna Palas Soares Santos

Grazielly Dourado Santos

Leonardo Pontes Vinhó

Lucas Rizzati Iquegami (bolsista CNPq)

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima